

UNIVERSIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Apresentação

A proposta de criação da universidade de segurança pública e desenvolvimento social tem como principal objetivo a produção de reflexão acadêmica com vistas a abrir perspectivas de ação no combate à criminalidade e à pobreza com recursos de diferentes áreas de especialização. A instituição atuará na formação de um novo tipo de profissional, um gestor público capaz de trabalhar nas diversas áreas da administração envolvidas na manutenção da ordem pública. Também poderá atuar na formação e capacitação de profissionais de entidades privadas, comunitárias ou não-governamentais relacionadas direta ou indiretamente com o tema da segurança e do desenvolvimento social.

A proposta se insere no “novo paradigma” que vem se formando em torno da necessidade de uma abordagem intersetorial e multidisciplinar para as questões da segurança pública e do desenvolvimento humano e social. De acordo com definição adotada pela ONU, segurança humana é o conceito que consegue conjugar as dimensões de paz, segurança e desenvolvimento (“Human Security Now: Protecting and Empowering People”, Commission on Human Security, New York, 2003). Trata-se de noção que, além da ausência de conflito violento interno, abrange também os direitos fundamentais, governança, acesso à saúde e à educação etc.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), lançado em 2007 pelo governo federal e aprovado por consenso nas duas casas do Congresso Nacional, exemplifica a mobilização de esforços na consolidação do novo enfoque. O programa tem como marca fundamental o enfrentamento da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança com a conjugação de políticas de segurança com ações sociais. A universidade de segurança pública e desenvolvimento social seria instrumento adicional a colaborar com esse esforço.

A universidade deveria estruturar-se em quatro formatos distintos: graduação, pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pós-graduação *lato sensu* (especialização) e instituto de pesquisa. A graduação teria como missão formar gestores de segurança pública e desenvolvimento. O mestrado e o doutorado estariam voltados à produção científica de alto nível na área. Na especialização, o objetivo principal seria a capacitação de profissionais que já atuam na área, na linha da Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) e da Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, do PRONASCI. O instituto de pesquisa funcionaria na elaboração de pesquisas específicas encomendadas por interessados nacionais e estrangeiros.

Os programas da universidade de segurança pública e desenvolvimento social deveriam desenvolver-se de acordo com as seguintes linhas:

- i) Estado Democrático de Direito, Segurança e Desenvolvimento Social: análise das relações necessárias entre cidadania, direitos fundamentais e controle da violência como fatores de desenvolvimento econômico e social;
- ii) Políticas sociais e de desenvolvimento social: a importância das políticas sociais, principalmente saúde e educação, como pilares da cidadania e das políticas de segurança;
- iii) Segurança Pública e Justiça Criminal: discussão dos direitos individuais como limite da intervenção dos órgãos de segurança pública, e do papel da justiça criminal na ponderação entre direitos nos estados democráticos;
- iv) Repressão, pacificação e direitos humanos: estudo sobre a necessária multidisciplinaridade nas políticas de segurança pública, com foco em exemplos como as UPPs (Unidades Policiais Pacificadoras) e as CICs (Centro de Integração da Cidadania);
- v) Mídia e diversidade cultural: análise das políticas de sustentação pacífica em ambientes multiculturais (como as comunidades das favelas ou casos de violência agravada por racismo ou xenofobia, por exemplo); relações entre a percepção de insegurança e a ação dos meios de comunicação social.
- vi) Relações internacionais, direitos humanos e criminalidade: o aspecto transnacional e a importância da cooperação internacional no combate à violência e à pobreza, com ênfase nos regimes internacionais de garantia dos direitos fundamentais;

O apoio da ONU revela-se fundamental na constituição da universidade de segurança pública e desenvolvimento social. Em primeiro lugar, por representar o reconhecimento internacional à atuação inovadora brasileira no combate à miséria (o programa Bolsa Família) e à violência (a implantação das UPPs no Rio de Janeiro, mas também o comando brasileiro da Minustah no Haiti). A fundação de uma universidade da ONU em território brasileiro representaria verdadeira “plataforma de exportação” de medidas inovadoras formuladas e implementadas pelo Brasil – a título ilustrativo, registre-se que, a partir da experiência brasileira no Haiti, o Itamaraty tem recebido pedidos de cooperação internacional para ação repressiva em favelas e em zonas de pós-conflito. Além disso, o apoio da ONU à proposta de criação da universidade poderá facilitar o acesso do Brasil a fontes internacionais de financiamento e a parcerias com outros centros de produção científica na área de segurança pública e desenvolvimento social.